

EMOÇÕES: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

*Cláudia Dias*¹

*José Fernando Cruz*²

*António Manuel Fonseca*³

Resumo: Embora durante muito tempo a psicologia tenha relegado para segundo plano o estudo das emoções, actualmente estas são consideradas essenciais para a compreensão do comportamento e funcionamento dos seres humanos em praticamente todos os ramos da psicologia. Neste contexto, a presente revisão da literatura debruça-se sobre a análise de algumas das questões que mais têm preocupado os teóricos e investigadores no domínio das emoções – modelos teóricos, definição conceptual, dimensionalidade, universalidade e relação emoção-cognição – realizando, simultaneamente, uma análise do seu passado histórico e sugerindo direcções e caminhos futuros de investigação.

Palavras-chave: emoções, antecedentes históricos, preocupações actuais, desafios futuros.

Emotions: Past, present and future (Abstract): Although in the present day emotions are considered an important component of human functioning, that is essential for understanding human behavior in virtually every branch of psychology, their study was long time neglected. The present review of the literature focuses on the analysis of some of the main concerns in this domain – theoretical models, conceptual definition, dimensionality, universality and emotion-cognition relation – while reviewing its past history and suggesting future research directions.

Keywords: emotions, historical antecedents, contemporary concerns, future challenges.

¹ Universidade do Porto, Faculdade de Desporto, Portugal. Email: cdias@fade.up.pt.

² Universidade do Minho, Escola de Psicologia, Portugal. Email: jcruz@psi.uminho.pt

³ Universidade do Porto, Faculdade de Desporto, Portugal. Email: afonseca@fade.up.pt

Introdução

Durante muito tempo, a psicologia pareceu negligenciar e relegar para segundo plano o estudo das emoções. Estas não eram especialmente valorizadas enquanto fenómeno científico – vistas como irracionais, disfuncionais e disruptivas – e, enquanto tal, não se constituíam como uma área de investigação a desenvolver.

Todavia, nos últimos anos, o estatuto das emoções parece ter-se alterado substancialmente. As emoções são actualmente encaradas como um elemento central da vida e experiência humana, sendo consideradas essenciais para a compreensão do comportamento e funcionamento dos seres humanos em praticamente todos os ramos da psicologia e em diversas áreas das ciências sociais e biológicas (Davidson, 1994; Lazarus, 2000a; Ortony, Clore, & Collins, 1988).

Relativamente à psicologia, existem diversos tópicos que se cruzam com o estudo das emoções, entre os quais podem ser destacados os relacionamentos interpessoais, a saúde mental e a psicopatologia, ou, ainda, questões do domínio mais cognitivo (e.g., memória, compreensão, percepção, tomada de decisão) (Kavanaugh, Zimmerberg, & Fein, 1996). Simultaneamente, as emoções constituem também um domínio interdisciplinar que une várias ciências da vida (biologia, psicologia, sociologia e antropologia) e, na medida em que o papel dos nossos sentimentos nas experiências emocionais está no centro das crenças filosóficas e psicológicas, a sua importância pode também estender-se à filosofia (Edwards, 1999; Lazarus, 1991a).

Neste contexto, as emoções podem ser extremamente importantes para o avanço do conhecimento, razão pela qual importa compreendermos não só o seu presente – as preocupações centrais, ao nível conceptual e da investigação – mas também o seu passado – a história e evolução do seu estudo – e o seu futuro – os desafios e direcções futuras.

Antecedentes históricos

Em termos históricos e cronológicos, o estudo das emoções constitui uma das questões simultaneamente mais antigas e mais recentes no domínio da psicologia (Wilson & Klaaren, 1992), tendo sofrido “altos e baixos” ao longo dos séculos. Na verdade, durante muito tempo e até começarem a ser intensamente valorizadas enquanto determinantes fundamentais do comportamento humano, o que só aconteceu nos anos 60 do século XX, as emoções estiveram virtualmente ausentes da psicologia científica (Izard, 1991), tendo

sido completamente esquecidas, menosprezadas e/ ou absorvidas por outros conceitos (Lazarus, 1991a).

Na Antiguidade Clássica, as emoções representavam, para muitos filósofos (e.g., Platão), algo desconcertante que descontinua e se intromete na razão humana, interrompendo uma forma de ser e de estar que, de outra forma, seria mais lógica (e preferida...); a alma era considerada um conceito mais importante – senão o mais importante – e as emoções deveriam ser desvalorizadas. Uma das poucas exceções foi Aristóteles, que explorou de forma pormenorizada algumas emoções, considerando-as facetas muito importantes da existência, uma mistura de uma vida cognitiva elevada e de uma vida sensual inferior, mas não algo ‘mau’ ou negativo (Averill, 1996, Strongman, 1986). Sensivelmente 2000 anos depois, filósofos como Descartes ou Spinoza também se debruçaram sobre o estudo das emoções, procurando encontrar um lugar para estes fenómenos nas suas teorias (cf. Solomon, 2003).

Paralelamente, desde finais do século XIX até meados do século XX, psicólogos de diferentes correntes da psicologia – incluindo a fisiologia, o comportamentalismo, o cognitivismo, o construcionismo social ou a psicanálise – tentaram limitar o que é denominado experiência emocional e mostrar a sua simples ausência (Smith & Kirby, 2000). A posição mais radical foi provavelmente a adoptada pelo comportamentalismo, dominante durante a primeira metade do século XX: como o estudo das emoções não se conformava facilmente à ênfase dada pelos defensores desta corrente aos princípios objectivos e comportamentais, de acordo com os quais era importante não nos afastarmos dos aspectos observáveis dos modelos explicativos, estas eram consideradas fenómenos confusos e com pouco poder explicativo (Kavanaugh *et al.*, 1996), personificando um conceito não científico caracterizado pelo subjectivismo e por uma “filosofia de secretária” (Lazarus, 1991a; Lazarus & Folkman, 1984). O estudo das emoções como um acontecimento psicológico – em oposição a um acontecimento comportamental –, chegou mesmo a ser terminantemente proibido (Smith & Kirby, 2000) e quando eventualmente “surgiam”, isto é, quando eram mencionadas, as emoções estavam limitadas ou eram “escondidas” sob tópicos e construtos facilmente operacionalizáveis (e.g., *drive* [fome, sede], motivação, fisiologia) (Averill, 1996; Izard, 1991). Alguns investigadores consideraram assim que a investigação e a teoria comportamentalistas contribuíram muito pouco para a compreensão das funções e consequências das emoções na vida social do dia-a-dia (Forgas, 2000).

Em consequência desta negação ou desvalorização, poucos autores analisaram as emoções de forma mais aprofundada e com os métodos robustos das ciências naturais, o que se reflectiu numa literatura repleta de simplificações, polémicas e dogmas ou mitos (quer ao nível dos factos, quer

ao nível da teoria) (Edwards, 1999). Todos estes esforços de simplificação tornaram as emoções, no pior dos casos, fenómenos unidimensionais sem riqueza ou efeitos e, na melhor das hipóteses, numa ficção conveniente mas sem significância (Lazarus, 1991a).

Entretanto, a partir dos anos 60 e 70 do século XX, as emoções deixaram de ser encaradas como fenómenos inconvenientes e aborrecidos e os investigadores consideraram o estudo sistemático deste construto, bem como a investigação da sua influência no comportamento humano (i.e., a compreensão da vida emocional), questões merecedoras de atenção (Lazarus, 1991a; Smith & Kirby, 2000). Este interesse foi particularmente evidente na Europa, onde as emoções ocuparam um lugar central em certas filosofias; porém, na América do Norte e na Inglaterra, onde a ênfase na lógica e na ciência subsistiu durante um grande período de tempo, estas continuaram a ser pouco valorizadas (Solomon, 1993).

A investigação das emoções na psicologia clássica começou então finalmente a sobreviver e crescer. Os psicólogos reconheceram que a perspectiva comportamentalista e exógena se baseava numa epistemologia que não era “amiga” do estudo das emoções e a psicologia afastou-se gradualmente do positivismo, de formulações estímulo-resposta (S-R) simples para relações estímulo-organismo-resposta (S-O-R) mais complexas. Consequentemente, a porta para a especulação abriu-se, surgindo um interesse renovado nas estruturas e processos mentais localizados na “caixa negra” da mente, que poderiam descrever e explicar a forma como as pessoas agem e reagem (Lazarus, 1991a).

Esta (r)evolução cognitiva levou ao repensar de algumas ideias fundamentais sobre a cognição humana (e, logo, das emoções). O rigor científico deixou de ser confundido ou restringido a métodos específicos ou excessivas tendências filosóficas e as emoções deixaram de ser vistas como o “lado escuro” da psicologia, adquirindo um papel central na compreensão do comportamento humano (Kavanaugh *et al.*, 1996). As investigações alongaram-se a diversas áreas da psicologia (e.g., psicologia do desenvolvimento, psicologia da personalidade, psicologia cognitiva, psicologia clínica), mas também à filosofia, à antropologia e às neurociências, resultando em inúmeras teorias e conceitos (Solomon, 1993) e num número alargado de investigações nos mais variados contextos.

Preocupações actuais

Modelos teóricos e conceptuais das emoções

Embora a história das emoções possa ser traçada até à Grécia Antiga e a filósofos como Platão e Aristóteles, as primeiras teorias das emoções datam

somente de fins do século XIX, início do século XX, altura em, concomitantemente com a evolução da própria psicologia enquanto disciplina científica, psicólogos e outros estudiosos começaram a interessar-se pela procura de uma estrutura teórica que sustentasse o estudo das emoções (Strongman, 1996).

Todavia, uma análise do desenvolvimento da psicologia das emoções ao longo da segunda metade do século passado permite concluir que, não obstante a investigação nesta área ter finalmente começado a crescer, e apesar de (ou devido a...) ter surgido uma multiplicidade de teorias e modelos das emoções, hoje em dia ainda não existe, efectivamente, uma teoria das emoções universalmente aceite pelos investigadores da área. De acordo com Oatley (1992), este fracasso parece ser um indicador de que a própria iniciativa de criar essas teorias é um erro, pois cada hipótese que surge do género ‘todas as emoções são x’, é um convite para contra-explicações e, no que no que diz respeito às teorias avançadas até agora na literatura da psicologia, não parece ser difícil encontrar explicações alternativas. Na mesma linha, Averill (1992) considera que o crescimento a este nível parece ter sido tão desorganizado que “...como um grupo, as teorias das emoções formam um edifício imponente – uma verdadeira Torre de Babel. Ostensivamente, debruçam-se sobre o mesmo género de questões; demasiadas vezes, porém, parecem mutuamente ininteligíveis” (p. 1)⁴.

Não sendo objectivo deste artigo uma análise aprofundada das diferentes teorias e/ ou taxonomias de emoções existentes, importa salientar que um exame cuidadoso da literatura especializada facilmente permite constatar a existência de diferentes classificações, às quais estão subjacentes distintos pressupostos teóricos ou, talvez, apenas diferentes perspectivas ou pontos de vista (ver Averill, 1992; Branscombe, 1988; Smith, 1989; Strongman, 1996).

Por um lado, distintos investigadores utilizam a mesma denominação na classificação dos modelos teóricos, mas incluem diferentes modelos nessa denominação (e.g., diferentes autores apresentam e enquadram teorias distintas na categorização ‘teorias cognitivas’) (cf. Branscombe, 1988; Smith, 1989; Strongman, 1996). Decorrendo em parte deste facto, diversas teorias “suportam” categorizações distintas. Por exemplo, Branscombe (1988) refere-se à teoria cognitivo-motivacional-relacional de Lazarus (1991a, 1991b, 2000) como uma teoria cognitiva de sistema único, enquanto Smith (1989) a considera, simultaneamente, uma teoria avaliativa e uma teoria funcional. Ainda que, nesta situação particular, estas categorias específicas possam ser absorvidas pela categorização mais geral de teorias cognitivas (como, de resto, é assumido por Strongman, 1996), numa perspectiva mais global, a frequência com que ocorre este tipo de “sobre-especificação” parece dificultar extraordinariamente a compreensão dos

⁴ Tradução dos autores.

pressupostos básicos das teorias, podendo constituir um obstáculo adicional ao seu estudo.

Assim, parece existir ainda um grande caminho a percorrer antes de se conseguir encontrar uma classificação consensual das teorias das emoções, de forma que, em alternativa à “Torre de Babel” que Averill (1992) referiu, todos falem a mesma língua.

Definição de emoção

As emoções podem ser consideradas um dos conceitos mais difíceis de explicar e, desde que em 1884, William James perguntou “O que é uma emoção?”, surgiram dezenas de definições. Na verdade, actualmente ainda não existe uma definição consensual e aceite pela generalidade dos investigadores da área ou capaz de abranger toda a investigação já realizada (Ekman & Davidson, 1994), parecendo que “todas as pessoas sabem o que é uma emoção, até lhes pedirem que dêem uma definição” (Fehr & Russell 1984, p. 464). Todavia, uma análise aprofundada da literatura permite identificar três elementos que, de uma forma relativamente consensual, são considerados essenciais para uma definição de emoção (ainda que nem todos os investigadores concordem relativamente à necessidade da sua presença simultânea para a ocorrência de uma emoção).

O primeiro refere-se à presença, numa emoção, de reacções ou alterações fisiológicas, sendo que cada emoção parece possuir o seu próprio padrão de reacções fisiológicas, o qual pode incluir alterações no sistema nervoso autónomo (e.g., aumento da frequência cardíaca, pressão arterial e condutância epitelial), na actividade cerebral e/ ou nas segregações hormonais. Neste âmbito, refira-se o trabalho desenvolvido pelos psicofisiologistas sociais (e.g., Cacioppo & Gardner, 1999; Levenson, Ekman, Heider, & Friesen, 1992; Ekman & Rosenberg, 1997), que se têm dedicado ao estudo de mudanças fisiológicas na face, relevantes porque podem ampliar a experiência emocional e transmitir mensagens sociais. Um segundo conjunto de variáveis, referido como ‘tendências para a acção’, inclui acções como ataque, evitamento, aproximação ou afastamento de um lugar ou de uma pessoa ou, ainda, a adopção de uma determinada postura corporal, sugerindo uma resposta de *coping* específica (Lazarus, 1991a). Uma terceira e última componente respeita à experiência subjectiva da emoção. O que as pessoas descrevem relativamente ao que estão a experienciar quando se sentem zangadas ou irritadas, ansiosas, ou orgulhosas, ou mesmo quando negam as suas emoções, descreve as condições que geram uma emoção ou indica os objectos em questão ou as crenças subjacentes às suas reacções (Lazarus, 1991a; Vallerand & Blanchard, 2000). Esta componente subjectiva da emo-

ção humana é provavelmente a mais estudada, sendo um sinal convincente de que a pessoa é confrontada com uma determinada emoção (Smith, 1989).

Como referimos inicialmente, não obstante parecer existir um certo consenso relativamente a estas três componentes, a aquiescência não é geral. A ‘necessidade’ da ocorrência de alterações fisiológicas em todas as emoções, por exemplo, parece levantar problemas relacionados com a identificação dessas alterações em algumas emoções (e.g., alívio, tristeza, orgulho), podendo mesmo ser necessário admitir a possibilidade de que algumas emoções são caracterizadas por alterações fisiológicas, enquanto outras não o são (Lazarus, 2000). Adicionalmente, ainda que alguns autores defendam que a tendência para a acção representa o elemento central ou núcleo de uma emoção (e.g., Frijda, 1999; Oatley, 1992), outros não lhe atribuem tanto valor, existindo mesmo quem considere estranho e desnecessário identificar uma tendência para a acção em todas as emoções (e.g., Ortony *et al.*, 1988). Estes últimos sustentam que a tendência para a acção pode: (a) ser ocultada ou ultrapassada pelo processo de *coping* (e.g., estratégias de *coping* activo podem inibir ou transformar a tendência de evitamento característica do medo); (b) ser estrangida por regras ‘informais’ dos comportamentos considerados apropriados numa determinada situação, bem como por forças sociais e culturais (Vallerand & Blanchard, 2000); ou, (c) pura e simplesmente, não ser particularmente evidente (e.g., no caso da tristeza, alegria ou alívio, a mobilização corporal não é tão evidente como na irritação/ raiva) (Lazarus, 2000). Por último, também quanto à ‘experiência subjectiva’ parecem existir algumas reservas por parte dos cientistas sociais relativamente à validade dos relatos que retratam a experiência emocional da pessoa, porquanto estes podem ser distorcidos pela desejabilidade social, autodecepção ou pelo fracasso dos indivíduos em compreenderem o que está a acontecer. Por estas razões, esses relatos deverão ser sempre observados e interpretados no contexto de outros dados, nomeadamente da activação fisiológica e das tendências para a acção (Lazarus, 1991a).

Diferentes fenómenos afectivos

Diversos investigadores têm procurado caracterizar e diferenciar os diferentes fenómenos relacionados, de alguma forma, com o conceito de emoções, como o afecto ou estados de humor, os quais demasiadas vezes são usados indiscriminadamente e sem qualquer diferenciação conceptual (Batson, Shaw, & Oleson, 1992).

O afecto é a mais fundamental expressão de valor ligada a uma experiência emocional (Frijda, 1999; Gauvin & Spence, 1998), compreendendo diferentes categorias de ‘sentimentos’, ‘emoções’ e ‘estados de humor’ (Batson *et al.*, 1992; Sedikides, 1995). Neste contexto, pode ser utilizado

como um termo genérico, o conceito mais geral e fundamental de todos os fenómenos afectivos (Hardy, Hall, & Alexander, 2001). Adicionalmente, as reacções afectivas poderão ser consideradas básicas no sentido em que são mais gerais e primitivas, filogenética e ontogeneticamente, do que os estados de humor e as emoções, revelando preferências por uns estados sentimentais em detrimento de outros e informando o organismo dos estados que são mais valorizados: as mudanças para um estado mais valorizado provocam afecto positivo e as mudanças para um estado menos valorizado levam a afecto negativo (Batson *et al.*, 1992; Clore, 1992; Zajonc, 1980).

Batson e colaboradores (1992) sustentam ainda, que, sem afecto, é impossível as pessoas experienciarem um estado de humor ou emoção, muito embora admitam ser possível – embora improvável – as mesmas pessoas se encontrarem num determinado estado afectivo sem experienciarem um estado de humor ou uma emoção específica. Funcionalmente, o afecto é diferente dos estados de humor, pois este último construto também incorpora sentimentos de prazer ou dor em relação a futuros eventos e o afecto não; já as emoções são distintas do afecto porque provêm dos objectivos pessoais dos indivíduos e das avaliações das suas posições actuais em relação a esses objectivos estabelecidos. Um exemplo claro desta distinção é o de um jogador que, depois de ganhar um jogo, pode preferir o sentimento de ganhar ao de perder (*afecto*), pode ansiar por celebrar com os seus colegas de equipa, e, assim, estar num *estado de humor* positivo, enquanto, ao mesmo tempo, experiencia alegria (*emoção*), por ter conseguido atingir o seu objectivo (Hardy *et al.*, 2001).

Adicionalmente, embora os termos emoções e estados de humor sejam muitas vezes utilizados indiscriminadamente, tanto por psicólogos, como por leigos, para se referirem a alguns aspectos do afecto (Davidson, 1994), a literatura especializada parece concordar que estes dois conceitos podem ser diferenciados quer em termos quantitativos (critério de duração ou persistência) quer em termos qualitativos (critério de clareza e intensidade) (Frijda, 1994; Morris, 1992).

Assim, enquanto as emoções podem ser muito breves, durando geralmente segundos, ou, no máximo, minutos, os estados de humor tendem a perdurar mais no tempo, durando mais do que os poucos segundos de uma expressão facial, ou os minutos ou horas característicos de um episódio de tristeza, medo ou irritação/raiva (i.e., de uma emoção), e podendo até persistir vários dias (Ellis & Ashbrook, 1998; Oatley, 1992). As emoções podem então ser vistas como perturbações nesta actividade de *background*, surgindo em certas alturas e desaparecendo noutras (não estão necessariamente activadas/ presentes: não se experiencia, por exemplo, estar ‘não-apaixonado’ ou estar ‘sem-medo’); já os estados de humor podem ser encarados como estados de *background* duradouros produzidos de uma forma cumulativa ao longo do

tempo e sempre presentes (e.g., quando uma pessoa está triste, não se consegue distrair com nada engraçado) (Davidson, 1994; Oatley, 1992).

Paralelamente, os estados de humor são considerados menos intensos e mais difusos, globais e susceptíveis de afectarem uma grande variedade de processos cognitivos e comportamentais do que as emoções, específicas e direccionadas (Morris, 1992; Schwarz & Clore, 1988). Estas características de difusão e globalidade dos estados de humor têm sido atribuídas à obscuridade da sua origem, isto é, à falta de um antecedente ou causa específica facilmente identificável (e.g., Davidson, 1994; Frijda, 1994; Morris, 1992; Schwarz & Clore, 1988). Quando uma pessoa está “de mau-humor” sente algo “interiormente”, mas não sente mau-humor relativamente a outra pessoa (Sedikides, 1995). Em oposição, as emoções são precedidas de eventos reconhecíveis, possuindo assim um objecto específico que fornece o contexto para actividade cognitiva subsequente (Frijda, 1994). Por isso, podemos afirmar que temos medo “de” algo e estamos felizes ou irritados “com” alguma coisa, mas temos que nos limitar a afirmar que estamos “num” estado de humor ansioso, feliz ou triste (Ellis & Ashbrook, 1988).

Categorias discretas vs. dimensões

A classificação das emoções em dimensões ou categorias discretas tem sido uma das questões mais profusamente debatidas e que mais controversia tem gerado neste domínio.

Diversos investigadores defendem a existência de um pequeno número de dimensões de emoções que representam processos afectivos, cognitivos ou fisiológicos básicos, de cuja interacção resultam todos os estados emocionais, permitindo assim identificar as propriedades subjacentes a todas as emoções (e.g., Mandler, 1984; Russell, 1980; Watson & Tellegen, 1985). As duas grandes questões que têm ocupado os investigadores que defendem esta perspectiva são o número de dimensões factoriais necessárias ou úteis para descrever as variações do significado emocional e a organização dessas dimensões no espaço.

No que diz respeito ao número de dimensões, ao longo dos anos foram sendo propostos modelos que definiam entre duas a quatro dimensões (e.g., Cacioppo & Gardner, 1999; Mandler, 1984; Watson & Tellegen, 1985), mas, actualmente, a maior parte dos investigadores parece concordar nas dimensões de valência emocional (prazer/ desprazer) e activação (i.e., sono/ tensão) (Feldman Barrett, 1998). Adicionalmente, a organização da estrutura dimensional das emoções no espaço, subordinada ao número de dimensões consideradas e do que parece ser a melhor forma de reproduzir a organização psicológica das respostas emocionais, tem sido representada de diferentes formas. Não sendo objectivo deste trabalho apresentar uma des-

crição pormenorizada das diferentes organizações espaciais que têm sido propostas, importa porém salientar que algumas das disposições propostas incluem representações circulares bidimensionais (e.g., Watson & Tellegen, 1985) ou tridimensionais em forma de cone (e.g., Daly, Polivy, & Lancee, 1983). Importa ainda mencionar o modelo circumplexo, uma representação geométrica bidimensional mais complexa, inicialmente apresentada por Russell (1980); posteriormente, Plutchik (1993) propôs um modelo circumplexo tridimensional para descrever as relações entre emoções.

Embora a abordagem dimensional seja, desde há muito tempo, dominante na psicologia, cada vez mais teóricos e investigadores defendem que a procura de dimensões é redutora, sacrificando ou “enevoando” significados psicológicos importantes e obscurecendo o processo emocional e as condições que o influenciam (e.g., Lazarus, 1991a). Assim, em alternativa a uma abordagem que consideram restringir a riqueza da vida emocional a um número finito de dimensões, propõem a existência de um determinado número de emoções discretas, a partir das quais a vida emocional mais complexa é construída e que não podem ser explicadas pelas dimensões subjacentes de valência emocional e activação (Vallerand & Blanchard, 2000). A irritação que um jogador de futebol experiencia relativamente ao árbitro quando este assinala injustificadamente uma falta (na perspectiva do jogador), por exemplo, é intrinsecamente distinta da ansiedade que esse mesmo jogador pode sentir quando tem que marcar o *penalty* decisivo na final do Campeonato do Mundo: não obstante serem experienciadas de forma muito diferente, ambas as emoções envolvem níveis elevados de activação e desagrado, um facto que parece apoiar a existência de emoções discretas.

Todavia, embora grande parte das teorias e interpretações se baseie na ideia de que há um pequeno número de emoções fundamentais que se constituem como estados experienciais únicos e que derivam de causas distintas, a literatura da especialidade encontra-se actualmente repleta de listas de emoções discretas (ver Ortony *et al.*, 1988), reflectindo a ausência de concordância relativamente ao número de emoções discretas existente, que emoções são as fundamentais, e porquê, e como as emoções de uma lista são mais importantes do que outras (Edwards, 1999; Oatley, 1992).

Finalmente, refira-se que um elevado número de investigadores parece considerar as abordagens dimensional e discreta como complementares e úteis por diferentes razões: por um lado, nenhum conjunto de dimensões proposto até agora “captura” adequadamente as diferenças conhecidas entre emoções discretas; por outro lado, as dimensões das emoções podem descrever com utilidade variações na experiência de qualquer emoção discreta específica (Ekman & Davidson, 1994).

Universalidade das emoções

A universalidade das emoções tem-se constituído como uma questão problemática e controversa: existirão universais biológicos que tornam as emoções similares em diferentes culturas ou, em alternativa, deverá considerar-se que as emoções variam em função do contexto sociocultural?

A perspectiva filogenética e centrada em universais biológicos assume a existência de mecanismos neurofisiológicos básicos e universais subjacentes às emoções humanas (Mauro, Sato, & Tucker, 1992). Esta abordagem foi predominante durante mais de um século, sendo defendida por neurofisiólogos e, de uma forma geral, por todos aqueles que se identificavam com a tradição *darwiniana* da selecção e evolução natural, enfatizando o que é herdado pelas espécies e adoptando modelos psico-evolutivos (e.g., Darwin, 1872; Ekman, 1994; Izard, 1991; James, 1890; Plutchik, 1993).

Um dos principais argumentos evocados em apoio da similaridade das emoções em diferentes culturas refere-se à existência de universalidade nas expressões faciais de emoções, havendo um consenso considerável de que estas se constituem como uma das mais ricas e fundamentais fontes de informação sobre as emoções (Lazarus, 1991a). Entre os autores que se debruçaram sobre o estudo das expressões faciais podem ser destacados Ekman e colaboradores (Ekman, 1994; Ekman, Matsumoto & Friesen, 1997), cujas investigações resultaram em evidências para a identificação de expressões faciais universais para sete emoções, objectiva e correctamente distinguíveis entre si através dos padrões de expressão facial, independentemente da linguagem, cultura e história: irritação/ raiva, desprezo, aversão/ nojo, medo, tristeza, surpresa e felicidade (ver Ekman & Rosenberg, 1997).

Paralelamente, as evidências recentes da existência de padronização ou especificidade autonómica para diferentes emoções em diferentes culturas parecem demonstrar que estas são universais, representando uma parte importante da nossa herança biológica comum (ver Levenson *et al.*, 1992). Esta especificidade parece reflectir-se no facto de cada emoção envolver uma determinada tendência para a acção (e.g., irritação/ raiva-ataque), a qual, embora possa ser inibida e transformada, ajuda a dar corpo à emoção, parecendo constituir uma justificação para padrões de resposta fisiológica comuns ou partilhados para cada emoção (Lazarus, 1991a).

Finalmente, parecem também existir evidências de dimensões cognitivas universais das emoções (Mauro *et al.*, 1992). A este nível, uma das questões mais investigadas diz respeito aos antecedentes avaliativos das emoções. Pessoas de diferentes culturas parecem conseguir identificar 'correctamente' as emoções associadas a determinados antecedentes (e.g., situações de insulto, sucesso e perda, na origem das emoções de irritação/ raiva,

alegria e tristeza, respectivamente, parecem ser muito similares em culturas diferentes) (Shaver, Wu, & Schwarz, 1992).

Em oposição à abordagem filogenética, os investigadores que adoptam uma perspectiva ontogenética e sociocultural sustentam a existência de variações nas emoções em diferentes contextos socioculturais, considerando-as artefactos ou criações cujos significados são elaborados, subtis e aprendidos num determinado sistema social, através da experiência individual. Entre aqueles que defendem que as emoções não podem ser definidas sem referência a um contexto social incluem-se sociólogos e psicólogos sociais – que estudam a estrutura social – e antropólogos – que procuram examinar significados culturais (Shaver *et al.*, 1992).

A forma mais óbvia de influência do contexto sociocultural na experiência e expressão de emoções dá-se através do significado e significância pessoal – a definição cultural – que o evento ou situação que está na origem de uma determinada emoção tem para o bem-estar das pessoas. Mais concretamente, a definição cultural intervém entre a situação que está na origem da emoção e a experiência e expressão de emoções, influenciando o modo como as pessoas percebem, compreendem e avaliam o que está a acontecer socialmente (Lazarus, 1991a). Todavia, os defensores desta perspectiva alertam para o facto de pessoas de diferentes culturas poderem experienciar os mesmos eventos ou situações, avaliá-los de forma similar e experienciarem o que consideram ser a mesma emoção e, contudo, as suas experiências subjectivas serem diferentes. Dois indivíduos de culturas diferentes podem sofrer uma perda (e.g., morte de um familiar), avaliá-la de forma similar e experienciarem o que consideram ser tristeza, mas a tristeza pode ser um estado mais desagradável para um do que para o outro (Mauro *et al.*, 1992).

Paralelamente, o contexto sociocultural também pode influenciar a forma como as emoções, uma vez geradas, são reguladas e expressas socialmente. Com efeito, cada cultura parece possuir uma série de ‘regras sociais’ relativas à reacção ou demonstração de emoções, as quais especificam ‘quem’ pode mostrar uma emoção, ‘qual’ emoção, ‘a quem’, ‘como’ e ‘quando’. Estas regras influenciam o ‘resultado observável’ das emoções nos comportamentos e expressões das pessoas (e.g., na sociedade chinesa as emoções são mais reprimidas do que nas sociedades ocidentais) (Ekman, 1994; Shaver *et al.*, 1992).

Um último argumento evocado a favor da variabilidade cultural das emoções respeita ao número de emoções discretas e ao significado dos termos emocionais. De facto, embora pareçam existir termos equivalentes para a maior parte das emoções em quase todas as línguas do mundo, a um nível conotativo também existem grandes discordâncias, mesmo em línguas semelhantes, o que poderá reflectir diferenças culturais significativas. Na lín-

gua portuguesa, por exemplo, termos como felicidade, tristeza, irritação, medo e nojo, por exemplo, poderão não coincidir conceptualmente com os termos ingleses para as mesmas emoções (*happiness, sadness, anger, fear and disgust*),⁵ podendo resultar numa assimilação não intencional dos significados linguísticos de outras pessoas e culturas no decorrer do processo de tradução.

Por fim, refira-se que, embora enfatizem ou se centrem mais em termos de investigação num dos pontos de vista, os defensores de uma perspectiva nem sempre excluem totalmente a outra, existindo mesmo um número crescente de investigadores que, considerando as duas posições pertinentes e complementares, defende a co-existência de diferenças culturais e regularidades transculturais nas origens e regulação das emoções (e.g., Lazarus, 2000; Mauro *et al.*, 1992; Oatley, 1992; Shaver *et al.*, 1992). Neste contexto, as emoções podem ser conceptualizadas como uma espécie de “interface” entre o interior e o exterior das pessoas: embora frequentemente sejam constrangidas por uma série de processos biológicos (e.g., sistemas de activação autónoma, sistemas de regulação da musculatura facial), desenvolvem-se à medida que os indivíduos se adaptam e ajustam, de forma activa, pessoal e colectivamente, ao contexto sociocultural (incluindo os seus valores, práticas, histórias, padrões de interacção, demografia, clima, economia e estrutura social) (ver Kitayama & Masuda, 1995).

Relação emoção-cognição

A relação entre sentimentos, afecto ou emoções e pensamento ou cognição tem constituído, ao longo da história humana, uma fonte inesgotável de especulação entre filósofos, escritores e artistas, podendo o fascínio com esta questão ser traçado à tradição filosófica ocidental (Forgas, 2000).

Com efeito, há mais de 2500 anos, na Antiguidade Clássica, a ‘paixão’ e a ‘razão’ eram concebidas como domínios separados e independentes. Enquanto a ‘paixão’ era vista como primária e seguida pela ‘razão’, uma fonte independente de conduta, muitas vezes sem regras e prejudicial, a ‘razão’ era encarada como um processo autónomo, capaz de moderar as ‘paixões’, que só surge *a posteriori* e depois de um potencial curso indesejável de acção ter sido instigado pelas ‘paixões’ (Zajonc, 1998, 2000). Esta visão persistiu na Idade Média, período durante o qual a Igreja Católica

⁵ Os termos em língua inglesa ‘anger’ e ‘disgust’, por exemplo, são comumente traduzidos por ‘raiva’ e ‘nojo’. No entanto, somos da opinião que essas não são as traduções mais adequadas e que, considerando o seu significado conotativo na língua portuguesa, os termos irritação e aversão são mais adequados e traduzem mais fielmente a intensidade das experiências emocionais relacionadas, razão pela qual utilizamos as duas denominações (i.e., irritação/ raiva, aversão/ nojo).

recomendava aos seus seguidores que utilizassem a razão para controlarem os seus instintos animais, uma vez que a paixão tinha uma ‘natureza animal’ (Lazarus, 1991a). Como afirmam Cacioppo e Gardner (1999) “... uma suposição dos racionalistas que data dos Antigos Gregos tem sido que as formas mais elevadas de existência humana – (...) racionalidade, previsão e tomada de decisão – podem ser raptadas pelos piratas das emoções” (p. 194)⁶.

Mais recentemente, no século XIX, a relação emoção-cognição voltou a estimular muitos debates e discussões na área da Psicologia, mas na maior parte do século XX voltou a ser grandemente ignorada (Bornstein, 1992). A psicologia empírica parecia então ter-se submetido à ideia que as faculdades fundamentais da mente humana, como sentir e pensar, ou afecto e cognição, podiam ser estruturadas separadamente umas das outras, em vez de serem consideradas interdependentes e fundidas (Lazarus, 1991a; Forgas, 2000). Todavia, com a revolução cultural dos anos 60, com a qual irrompeu a perspectiva de que, no mundo industrial, os seres-humanos tinham sido constringidos por valores racionais e regras sociais à custa da sua humanidade, sobreveio também um reavivar do interesse pela natureza da relação emoção-cognição, juntamente com uma inversão das ideias dominantes relativamente à relação entre estes dois conceitos (Cacioppo & Gardner, 1999).

De facto, não obstante alguns investigadores continuarem a defender que a emoção e a cognição são entidades fundamentalmente separadas ou o resultado de diferentes mecanismos, podendo, por isso, ser estudadas isoladamente (Izard, 1991; Zajonc, 1980, 1998), começaram a surgir na literatura das emoções argumentos em favor de uma perspectiva cognitiva, sustentando que o processamento cognitivo de um estímulo precede invariavelmente a resposta emocional, não podendo ocorrer emoção sem cognição (Branscombe, 1988; Lazarus, 1991a, 1991b, 2000; Lazarus & Folkman, 1984; Smith & Kirby, 2000). Estavam então lançados os alicerces para o surgimento de um grande e controverso debate, que se tem prolongado até aos dias de hoje. Os seus protagonistas foram Zajonc (1980, 2000) e Lazarus (1991a, 1991b), que sistematizaram os tópicos centrais da problemática da relação entre emoção e cognição numa série de revisões e refutações que ilustram as suas visões opostas.

Mais especificamente, a controvérsia entre os dois autores teve início em 1980, quando Zajonc publicou o provocador e influente artigo “*Feeling and Thinking: Preferences need no inferences*”, no qual descreve a sua visão da relação entre afecto e cognição (ou ausência da mesma...). Neste artigo, Zajonc sustenta que o afecto é erroneamente visto na teoria psicoló-

⁶ Tradução dos autores.

gica contemporânea como pós-cognitivo, pois as emoções e as cognições são controladas por sistemas separados e parcialmente independentes. Logo, o afecto pode ocorrer sem uma extensa codificação perceptual e cognitiva e, frequentemente, as nossas reacções afectivas aos estímulos ocorrem muito rapidamente, antes de um estímulo ter sido categorizado e praticamente sem qualquer contribuição de mecanismos de processamento cognitivo do seu conteúdo. Zajonc (2000) refere ainda que as emoções são muitas vezes inconscientes, as primeiras reacções do organismo a um estímulo instigador, e, se conseguirmos conceber um paradigma experimental que permita que os efeitos comportamentais provocados por essa ‘instigações afectivas’ precoces e não conscientes possam ser observados, as questões da independência do afecto e da cognição podem ser respondidas (pelo menos em parte).

Defendendo um ponto de vista antagónico, Lazarus (1991a, 1991b, 2000; Lazarus & Folkman, 1984) refuta a posição de Zajonc, afirmando que, na medida em que as emoções têm causas e componentes cognitivas, a cognição é necessariamente uma pré-condição da emoção. As pessoas possuem determinados valores, crenças, compromissos e objectivos individuais – ‘conhecimento’ –, os quais, ao tornarem o indivíduo responsivo a certas facetas da situação, ‘preparam o cenário’ para uma emoção. Porém, apesar de o conhecimento ser necessário para ocorrer uma emoção, por si só não é suficiente: é também necessária uma avaliação pessoal da importância para o bem-estar pessoal de uma situação ou evento em que há um investimento individual. Essa avaliação da significância do evento ou situação para o bem-estar da pessoa baseia-se, por sua vez, nesse conhecimento e, quando “...é efectuada, é inevitável uma emoção de algum tipo” (Lazarus, 1991a, p. 177)⁷.

Desafios e direcções futuras

Esta revisão da literatura procurou traçar o percurso histórico do estudo das emoções e integrar o conhecimento existente actualmente na psicologia das emoções, designadamente no que respeita a algumas das questões que têm suscitado maior interesse ou preocupação neste domínio, quer ao nível teórico, quer ao nível da investigação. Porém, sendo verdade que o conhecimento existente hoje em dia relativamente às emoções e à sua influência no comportamento dos seres humanos é maior hoje do que era há 20, 10 ou mesmo 5 anos atrás, não é menos verdade que muitas questões ainda não se encontram resolvidas convenientemente, constituindo-se como desafios que poderão indicar direcções futuras para os teóricos e investigadores neste domínio.

⁷ Tradução dos autores.

Um primeiro desafio (e também um dos mais fundamentais) respeita ao desenvolvimento de uma teoria das emoções. Com efeito, apesar da tendência para o 'hiperconhecimento' da emoção ter resultado num esforço conjunto de investigadores de diversas áreas no sentido da construção de uma teoria das emoções mais holística (Solomon, 1993), a verdade é que este empenho resultou 'apenas' numa grande diversidade de explicações e modelos baseados em diferentes pressupostos (e.g., comportamentalismo vs. cognitivismo), os quais enfatizam diferentes variáveis (e.g., cognição, fisiologia, comportamento).

Neste contexto, a construção de uma teoria compreensiva das emoções é importante por si só, mas também porque qualquer proposta de definição pressupõe e tem subjacente uma teoria distinta. Podemos mesmo afirmar que a ausência de uma teoria consensual para caracterizar o processo emocional não tem facilitado o surgimento e adopção de uma definição geral e satisfatória de emoções (Solomon, 1993). Como verificámos anteriormente, apesar de a literatura da especialidade tender a enfatizar, numa definição de emoções, alterações fisiológicas, tendências para a acção e estados subjectivos cognitivo-afectivos, nenhuma destas componentes parece ser inteiramente consensual e considerada essencial pela generalidade dos investigadores. Se considerarmos que, sem uma conceptualização e operacionalização consensual de emoções, mais facilmente proliferarão novas e diferentes controvérsias, demasiadas vezes infrutíferas e frequentemente sem sentido, facilmente compreendemos e aceitaremos que também este aspecto se constitui como um desafio. Adicionalmente, uma definição consensual permitirá especificar o uso de termos relacionados (e.g., estados de humor, sentimentos), o que se poderá constituir como um avanço especialmente relevante na investigação aplicada, na qual muitas vezes são usados de forma quase indiscriminada, sem consideração pelas suas diferenças conceptuais (e.g., padrões temporais), ou variabilidades inter e intrapessoais (Gauvin & Spence, 1998).

Um outro desafio relaciona-se com a categorização das emoções em categorias discretas ou dimensões. A este respeito, uma linha de investigação frutífera no futuro e que poderá permitir resolver parte do desacordo relativamente ao número de emoções existentes e à forma como estas devem ser conceptualizadas diz respeito ao conceito de 'famílias de emoções'. Aceitar que as emoções podem ser organizadas em 'famílias' implica considerá-las, não como estados unitários, mas sim como famílias de estados afectivos relacionados (ver Lazarus, 1991b; Shaver *et al.*, 1992), sendo cada emoção individual (e.g., irritação/ raiva, medo, aversão/ nojo) composta por um grupo de estados relacionados que partilham certas características (e.g., avaliações cognitivas, expressões e sentimentos subjectivos e actividade fisiológica) e diferem, nessas características, de outras emoções

(Ekman & Davidson, 1994). Adicionalmente, esta concepção também implica aceitar que as emoções podem ser concebidas como categorias discretas e, simultaneamente, ser organizadas em dimensões, ou, por outras palavras, que cada categoria contém, em si própria, uma dimensão de força emocional (Lazarus, 1991a).

Paralelamente, importa ‘resolver’, no futuro, a questão da universalidade das emoções. Efectivamente, a aceitação do que parece ser a tendência actual, i.e., que mecanismos inatos interagem com influências socioculturais e diferenças desenvolvimentais para moldarem o processo emocional, não inibe que ainda existam diversas questões por responder, designadamente no que respeita a ‘quanto’ comportamento emocional é culturalmente variável. Para responder a este desafio, importa analisar primeiro como é que os mecanismos inatos interagem para produzir um padrão que parece mais ou menos universal em cada emoção e, posteriormente, examinar como é que esses mecanismos inatos interagem com influências socioculturais e diferenças desenvolvimentais para moldarem o processo emocional (Lazarus, 1994).

Finalmente, um último desafio refere-se à relação emoção-cognição. De facto, embora o debate entre Lazarus e Zajonc tenha avançado notavelmente o conhecimento actual da relação entre emoção e cognição (Davidson & Ekman, 1994), existindo um número crescente de investigadores que, defendendo uma visão interaccionista, acreditam que é necessário estudar o afecto e a cognição como dimensões complementares (e.g., Forgas, 2000; Smith & Kirby, 2000), a natureza dessa relação parece longe de estar resolvida. Na opinião de Taylor, Aspinwall e Giuliano (1994), por exemplo, este campo ainda está bastante fragmentado e tem havido poucas tentativas para apresentar uma revisão e integração compreensivas do conhecimento actual das ligações entre afecto e cognição. Para outros, esta é uma questão irresolúvel, parecendo que apenas um aspecto está claro: “A interacção dos processos afectivos e cognitivos é complexa, subtil, difícil de estudar empiricamente e difere com as situações e as circunstâncias” (Bornstein, 1992, p. 236)⁸.

Referências

- Averill, J. R. (1992). The structural bases of emotional behavior: A metatheoretical analysis. In M. S. Clark (Ed.), *Emotion* (pp. 1-24). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.

⁸ Tradução dos autores.

- Averill, J. R. (1996). Analysis of psychophysiological symbolism and its influence on theories of emotion. In R. Harré & W.G. Parrot (Eds.), *The emotions: Social, cultural and biological dimensions* (pp. 204-228). London, UK: Sage Publications.
- Batson, C. D., Shaw, L. L., & Oleson, K. C. (1992). Differentiating affect, mood and emotion: Toward functionally based conceptual distinctions. In M. S. Clark (Ed.), *Emotion* (pp. 294-326). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.
- Branscombe, N. R. (1988). Conscious and unconscious processing of affective and cognitive information. In K. Fiedler & J. Forgas (Eds.), *Affect, cognition and social behavior: New evidence and integrative attempts* (pp. 3-24). Lewiston, NY: Hogrefe, Inc.
- Bornstein, R. F. (1992). Inhibitory effects of awareness on affective responding: Implications for the affect-cognition relationship. In M. S. Clark (Ed.), *Emotion* (pp. 175-212). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.
- Cacioppo, J. T. & Gardner, W. L. (1999). Emotion. *Annual Review of Psychology*, 50, 191-214.
- Daly, E. M., Polivy, J., & Lancee, W. (1983). A conical model for the taxonomy of emotional experience. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 443-457.
- Darwin, C. R. (1872). *The expression of the emotions in man and animals*. Recuperado de <http://darwin-online.org.uk/content/frameset?itemID=F1142&viewtype=text&pageseq=1> em 24 de Janeiro de 2006.
- Davidson, R. J. (1994). On emotion, mood and related affective constructs. In P. Ekman & R. J. Davidson (Eds.), *The nature of emotion: Fundamental questions* (pp. 51-55). New York, NY: Oxford University Press, Inc.
- Davidson, R. J., & Ekman, P. (1994). Afterword: What are the minimal cognitive prerequisites for emotion? In P. Ekman & R. J. Davidson (Eds.), *The nature of emotion: Fundamental questions* (pp. 232-234). New York, NY: Oxford University Press, Inc.
- Edwards, D. C. (1999). *Motivation and emotion: evolutionary, physiological, and social influences*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.
- Ekman, P. (1994). Strong evidence for universals in facial expressions: A reply to Russell's mistaken critique. *Psychological Bulletin*, 115, 268-287.
- Ekman, P., & Davidson, R. J. (1994). Affective science: An agenda. In P. Ekman & R. J. Davidson (Eds.), *The nature of emotion: Fundamental questions* (pp. 411-430). New York, NY: Oxford University Press, Inc.
- Ekman, P., Matsumoto, D., & Friesen, W. V. (1997). Facial expressions in affective disorders. In P. Ekman & E. Rosenberg (Eds.), *What the face reveals: basic and applied studies of spontaneous expression using the Facial Action Coding System (FACS)* (pp. 331-341). New York, NY: Oxford University Press
- Ekman, P., & Rosenberg, E. (Eds.) (1997). *What the face reveals: basic and applied studies of spontaneous expression using the Facial Action Coding System (FACS)*. New York, NY: Oxford University Press
- Ellis, H. C., & Ashbrook, P. W. (1988). Resource allocation model of the effects of depressed mood states on memory. In K. Fiedler & J. Forgas (Eds.), *Affect,*

- cognition and social behavior: New evidence and integrative attempts* (pp. 25-43). Lewiston, NY: Hogrefe, Inc.
- Fehr, B., & Russell, J. A. (1984). Concept of emotion viewed from a prototype perspective. *Journal of Experimental Psychology: General*, 113, 464-486.
- Feldman Barrett, L. (1998). Discrete Emotions or Dimensions? The Role of Valence Focus and Arousal Focus. *Cognition and Emotion*, 12 (4), 579-599.
- Forgas, J. P. (2000). Introduction: The role of affect in social cognition. In J. P. Forgas (Ed.), *Feeling and thinking: The role of affect in social cognition* (pp. 1-28). Paris-Cambridge: Editions de la Maison des Sciences de L'Homme & Cambridge University Press
- Frijda, N. H. (1994). Varieties of affect: Emotions and episodes, moods and sentiments. In P. Ekman & R. J. Davidson (Eds.), *The nature of emotion: Fundamental questions* (pp. 59-67). New York, NY: Oxford University Press, Inc.
- Frijda, N. H. (1999). Emotions and hedonic experience. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz, (Eds.), *Well-being: The foundations of hedonic psychology* (pp. 190-210). New York, NY: Russell Sage Foundation.
- Gauvin, L., & Spence, J. C. (1998). Measurement of exercise induced changes in feeling states, affect, mood and emotions. In J. L. Duda (Ed.), *Advances in sport and exercise psychology measurement* (pp. 325-336). Morgantown, WV: Fitness Information Technology, Inc.
- Hardy, J., Hall, C. R. & Alexander, M. R. (2001). Exploring *self*-talk and affective states in sport. *Journal of Sport Sciences*, 19, 469-475.
- Izard, C. E. (1991). *The psychology of emotions*. New York: Plenum.
- James, W. (1890). *The principles of psychology: The emotions*. Recuperado de <http://psychclassics.yorku.ca/James/Principles/prin25.htm> em 25 de Janeiro de 2007.
- Kavanaugh, R. D., Zimmerberg, B., & Fein, S. (1996) (Eds.). Foreword. In R. D. Kavanaugh, B. Zimmerberg, & S. Fein (Eds.), *Emotion: Interdisciplinary perspectives* (pp. vii-ix). Mahaw, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Kitayama, S., & Masuda, T. (1995). Reappraising cognitive appraisal from a cultural perspective. *Psychological Inquiry*, 6, 217-233.
- Larsen, R. J., & Diener, E. (1992). Promises and problems with the circumplex model of emotion. In M. S. Clark (Ed.), *Emotion* (pp. 25-59). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.
- Lazarus, R. S. (1991a). *Emotion and adaptation*. New York: Oxford University Press.
- Lazarus, R. S. (1991b). Cognition and motivation in emotion. *American Psychologist*, 46 (4), 352-367.
- Lazarus, R. S. (1994). The stable and the unstable in emotion. In P. Ekman & R. J. Davidson (Eds.), *The nature of emotion: Fundamental questions* (pp. 79-85). New York, NY: Oxford University Press, Inc.
- Lazarus, R. S. (2000). Cognitive-motivational-relational theory of emotion. In Y. L. Hanin (Ed.), *Emotions in sport* (pp. 39-63). Champaign, IL: Human Kinetics.

- Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer.
- Levenson, R. W., Ekman, P., Heider, K., & Friesen, W. V. (1992). Emotion and autonomic nervous system activity in the Minangkabau of West Sumatra. *Journal of Personality and Social Psychology*, *62*, 972-288.
- Mandler, G. (1984). *Mind and Body*. New York, NY: Norton and Co.
- Mauro, R., Sato, K., & Tucker, J. (1992). The role of appraisal in human emotions: A cross-cultural study. *Journal of Personality and Social Psychology*, *62*(2), 301-317.
- Morris, W. N. (1992). A functional analysis of the role of mood in affective systems. In M. S. Clark (Ed.), *Emotion* (pp. 256-293). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.
- Oatley, K. (1992). *Best laid schemes: The psychology of emotions*. New York, NY: Cambridge University Press & Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Ortony, A., Clore, G. L., & Collins, A. (1988). *The cognitive structure of emotions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Plutchik, R. (1993). Emotions and their vicissitudes: Emotions and psychopathology. In M. Lewis & J. Haviland (Eds.), *Handbook of emotions* (pp. 53-66). New York: Guilford.
- Russell, J. A. (1980). A circumplex model of affect. *Journal of Personality and Social Psychology*, *39*, 1161-1178.
- Schwarz, N., & Clore, G. L. (1988). How do I feel about it? The informative function of affective states on memory. In K. Fiedler, & J. Forgas (Eds.), *Affect, cognition and social behavior: New evidence and integrative attempts* (pp. 44-62). Lewiston, NY: Hogrefe, Inc.
- Sedikides, C. (1995). Attentional effects on mood are moderated by chronic self-conception valence. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *18* (5), 580-584.
- Shaver, P. R., Wu, S., & Schwartz, J. C. (1992). Cross-cultural similarities and differences in emotion and its representation: A prototype approach. In M. S. Clark (Ed.), *Emotion* (pp. 175-212). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.
- Smith, C. A. (1989). Dimensions of appraisal and physiological response in emotion. *Journal of Personality and Social Psychology*, *5*, 123-136.
- Smith, C. A., & Kirby, L. D. (2000). Consequences require antecedents: Toward a process model of emotion elicitation. In J. P. Forgas (Ed.), *Feeling and thinking: The role of affect in social cognition* (pp. 83-108). Paris-Cambridge: Editions de la Maison des Sciences de L'Homme & Cambridge University Press.
- Solomon, R. C. (1993). The philosophy of emotions. In M. Lewis & J. Haviland (Eds.), *Handbook of emotions* (pp. 3-15). New York, NY: Guilford Press.
- Solomon, R. C. (Ed.) (2003). *What is an emotion? Classic and contemporary readings*, (2nd Ed.). New York, NY: Oxford University Press.
- Strongman, K. T. (1996). *The psychology of emotion: Theories of emotion in perspective* (4th Ed.). West Sussex, UK: John Wiley & Sons.

- Taylor, S. E., Aspinwall, L. G., & Giuliano, T. A. (1994). Emotions as psychological achievements. In S. H. M. Van Goozen, N. E. Van de Poll, & J. A. Sergeant (Eds.), *Emotions: Essays on emotion theory* (pp. 219-240). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Vallerand, R. J., & Blanchard, C. M. (2000). The study of emotions in sport and exercise: Historical, definitional and conceptual perspectives. In Y. L. Hanin (Ed.), *Emotions in sport* (pp. 3-37). Champaign, IL: Human Kinetics.
- Watson, D., & Tellegen, A. (1985). Toward a consensual structure of mood. *Psychological Bulletin*, 98, 219-235.
- Wilson, T. D., & Klaaren, K. J. (1992). "Expectation whirls me round": The role of affective expectations in affective experiences. In M. S. Clark (Ed.), *Emotion and social behavior* (pp. 1-31). Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.
- Zajonc, R. B. (1980). Feeling and thinking: Preferences need no inferences. *American Psychologist*, 35, 151-175.
- Zajonc, R. B. (1998). *Emotions*. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske & L. Gardner (Eds.), *Handbook of Social Psychology*, (pp. 591-634). New York; NY: Oxford University Press.
- Zajonc, R. B. (2000). Feeling and thinking: Closing the debate over the independence of affect. In J. P. Forgas (Ed.), *Feeling and thinking: The role of affect in social cognition* (pp. 31-58). Paris-Cambridge: Editions de la Maison des Sciences de L'Homme & Cambridge University Press.